



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	3/9/2004
Data da última correição	15 de setembro de 2021
Período de correicionado	1º/9/2021 a 30/4/2022

Aos 19 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 18/2022, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz Titular, José Airton Pereira, pelo Juiz substituto, Flavio Londres da Nóbrega, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/9/2021 a 30/4/2022** (8



meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Jose Airton Pereira	28/1/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Flávio Londres da Nobrega	20/12/2017– Ato TRT SCR nº 140/2017

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adelmo Antonio de Albuquerque Sousa	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	3/2/2021
Auzeni Ferreira Pereira	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Deborah Madruga do Amaral Leitão	Técnico Judiciário	22/7/2020
Elisabeth Silva Rodrigues	Técnico Judiciário	1º/6/2019
Giovanna Coelho de Castro Luz	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	3/2/2021
Hiram de Freitas Brasil	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Hueber Mendes de Sá Formiga	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	16/2/2021
Ilana Araújo Motta	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	27/9/2016
Ionete Carneiro de Andrade	Técnico Judiciário – Calculista	27/9/2012
Jarismar Vicente de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	3/9/2004
Jose Soares Ribeiro	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	6/12/2016
Juciane Farias Barbosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	24/8/2005
Maristela Barbosa Viana	Técnico Judiciário – Assistente III	19/6/2000
Patricia Zuila Teotonio Rodrigues Pires	Técnico Judiciário – Calculista	4/10/2011



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, o sistema misto em faixa e tarefa processuais, no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

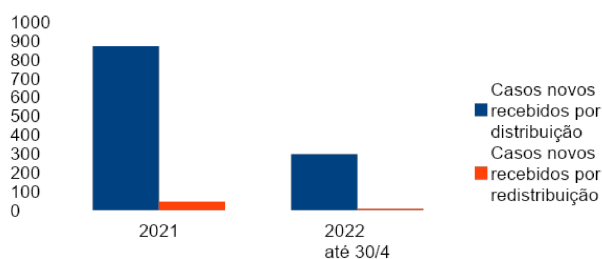
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/4/2022, um acervo processual de **2.439** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	840
Fase de Liquidação	31
Fase de execução	1.562
Cartas precatórias e de ordem	6
TOTAL	2.439

2.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

2.1.1 Casos novos

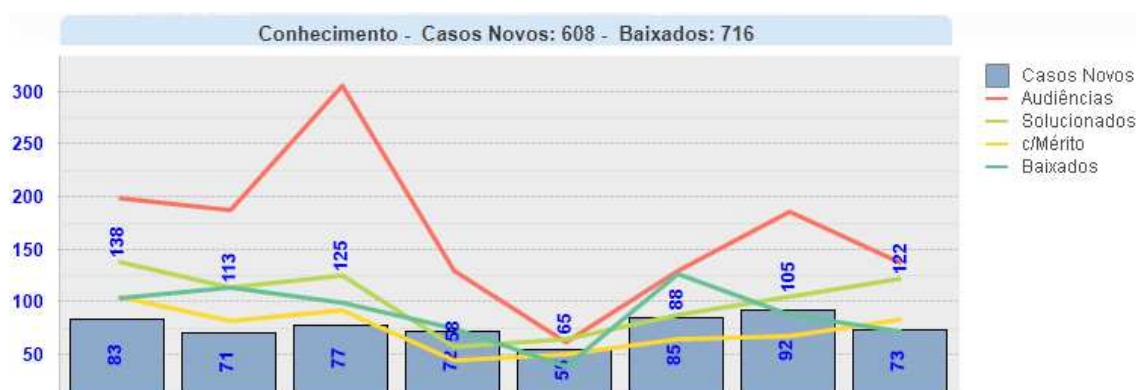
Item	2021	2022 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	868	297
Casos novos recebidos por redistribuição	45	8
TOTAL	913	305



No período correicionado, há registro de 1 processo recebido com sentença reformada pela instância superior (0000790-03.2018.5.13.0022).

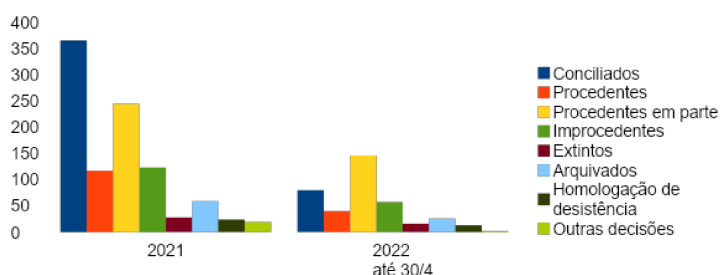


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (setembro/2021 a abril/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 30/4
Conciliados	365	80
Procedentes	117	40
Procedentes em parte	244	146
Improcedentes	123	57
Extintos	28	16
Arquivados	59	26
Homologação de desistência	24	13
Outras decisões	19	2
TOTAL	979	380

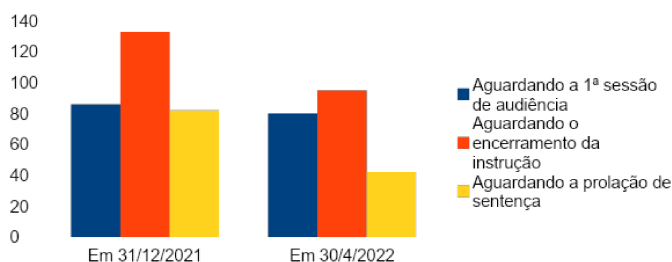




2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 30/4/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	86	80
Aguardando o encerramento da instrução	133	95
Aguardando a prolação de sentença	82	42
TOTAL	301	217



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 30/04	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	915	840	-8,20%
Fase de liquidação	25	31	24%
Fase de execução	1.628	1.562	-4,05%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	42	52	70	69	37
Conciliação em conhecimento	5	6	4	6	16
Conciliação em Execução	7	48	49	22	77
Una	61	84	82	130	87
Instrução	52	38	74	48	17

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, as audiências ocorrem de segunda a quinta-feira. Informou, ainda, que o juiz titular realiza pauta extra às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correcionada
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	152,58
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	112,58
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	125,42
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	88,75
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	50,33
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	119,83
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	135,58
04/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	128,42
TOTAL	809	1153	1159	1022	772	975	1334	640	1013	895	940	696	888	913,5

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



Fase de conhecimento	2021	2022 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	87	41
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	79	82
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	144	129
Da conclusão à prolação da sentença	15	31
Do ajuizamento até a prolação da sentença	157	156

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	292	116
	Baixados	272	100
	Pendentes	34	50
Tutela Provisórias	Recebidos	161	42
	Apreciadas	121	34
	Pendentes	23	22
Liquidação/ Execução	Recebidos	74	33
	Baixados	19	5
	Pendentes	24	44

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2021 a 30/4/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	300	279	40
Recurso adesivo	15	15	1
Agravo de petição	82	76	6
Total	397	370	47

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



ano-base **2021**: **140** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **252** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **176** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/04**, é de **102** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **259** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **165** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **157** dias, para o ano base de **2021**, e de **156** dias, relativo a este ano de **2022**, até 30 de abril.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.084** dias, e de **1.234** dias, referente ao **exercício atual** até o dia 30 de abril.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de **2021**, foi o **5º maior** prazo da jurisdição e permanecendo na mesma posição **nesse exercício**, especificamente de janeiro a abril.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 30/4
Execuções pendentes	1.972	1.561
Execuções iniciadas	450	143
Desarquivados	908	258
Recebidos de outros Órgãos	3	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	880	218
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	1014	175
Total de processos pendentes de execução	1.561	1.487

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de iniciados e de encerrados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/2021 a abril/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 7.845.737,95	R\$ 1.879.841,42
Espontâneo	PJe	R\$ 360.112,44	R\$ 86.666,22
Execução	PJe	R\$ 7.654.384,21	R\$ 3.813.652,45
TOTAL		R\$ 15.860.234,60	R\$ 5.780.160,09

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 318.613,48	R\$ 136.819,58
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.243.509,89	R\$ 769.733,00
Imposto de renda	PJe	R\$ 173.159,01	R\$ 108.389,66
TOTAL		R\$ 2.735.282,38	R\$1.014.942,24

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/09/2021 a 30/04/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	443
INFOJUD	PJe	20
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	298
BNDT	Pendentes (PJe)	148
	Incluídos (PJe)	136

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	100,43%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	101,79%
Unidade Correicionada	124,84%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **297** casos novos (por distribuição) e **377** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **124,84%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30 % da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	102,74% da Meta 2
	95,55% dos processos distribuídos até 31/12/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	104,19% da Meta 2
	96,9% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	105,41% da Meta 2
	98,03% dos processos distribuídos até 31/12/2018

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	114,92% da Meta 3
	44,25% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,21% da Meta 3
	78,61% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	66,38% da Meta 3
	72,77% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	125,94%

Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020	
Unidades de primeiro grau do TRT	70,74%
Unidade Correicionada	67,28%



Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	38	45	416	514	91,63	91,95	91,81	
2022-02	127	60	372	524	69,27	83,31	76,84	
2022-03	87	74	378	538	60,00	75,03	68,00	
2022-04	72	62	373	530	53,51	68,74	61,51	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e proporcionalmente em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e, nos primeiros meses de 2022, redução, proporcionalmente.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 30/04
Fase de conhecimento	524	949	324
Fase de execução	718	992	243

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 30/04)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	405
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	345
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	338
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	324
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	316
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	311
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	301
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	285
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	257
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	255
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	244

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 30/04)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	265
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	243
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	239
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	221
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	182
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	162
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	148
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	141
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	128
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	122

Deverá a unidade judiciária manter a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **206ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º
13ª Região - PB - 7ª Vara de João Pessoa	107º	160º	200º	59º	109º	117º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - 7ª Vara de João Pessoa	107º	160,35	116,59	1.167,12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - 7ª Vara de João Pessoa	107º	1.014	979	14

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 09/05/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	547º	384º	402º	727º	750º	898º
setembro 2021	499º	651º	477º	348º	490º	679º
dezembro 2021	323º	718º	499º	167º	254º	382º
março 2022	206º	298º	500º	170º	237º	354º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª
5ª	296ª
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a abril de 2022:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
156,2 dias	197,2 dias
Início ao encerramento da liquidação	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
110 dias	232,6 dias



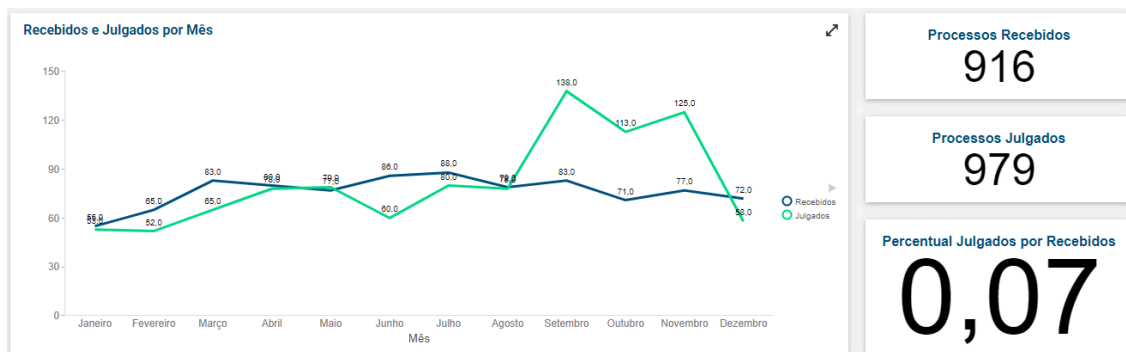
Início à extinção da execução - ente privado	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.262 dias	1.158 dias
Início à extinção da execução - ente público	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
822,6 dias	877,4 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
913,4 dias	1.048 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a abril/2022, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

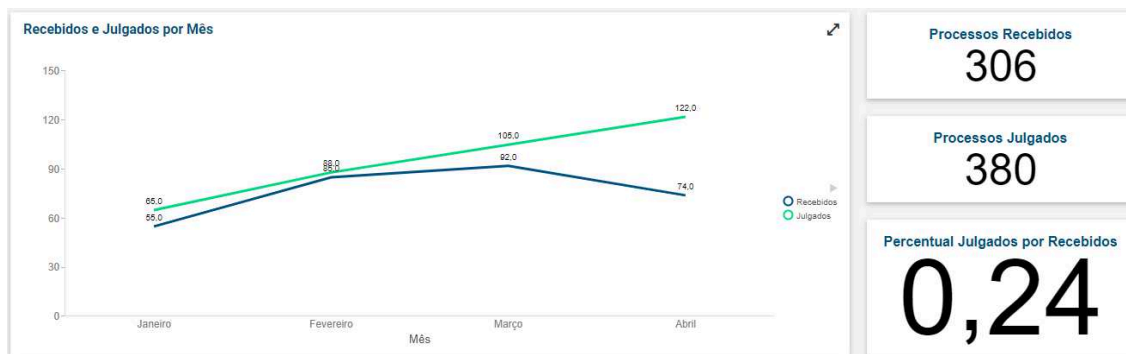
Percentual de processos julgados por recebidos	
7ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
24,2%	-5,2%

A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:





Já o percentual de janeiro a abril de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular (Fonte: SAOAdm)

José Airton Pereira			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	20/1/2022 a 8/2/2022	20

Juiz Substituto (Fonte: SAOAdm)

Flávio Londres da Nóbrega			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	17/2/2022 a 8/3/2022	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do magistrado titular e dos juízes que atuaram na vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/9/2021 a 30/4/2022) (Fonte: Hórus)



Magistrado	Una	Instrução	Encerra- mento Instrução	Inicial	Conciliação Conheci- mento	Conciliação Execução	Total
Jose Airton Pereira	224	100	49	129	12	121	635
George Falcão Coelho Paiva	14	2	1	11	-	1	29
Flavio Londres da Nobrega	203	123	78	127	19	61	611
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	7	3	2	1	-	-	13
Luiz Antonio Magalhaes	4	1	-	2	-	-	7

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de Declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Flavio Londres da Nobrega	106	31	2	139
Jose Airton Pereira	120	25	3	148
George Falcão Coelho Paiva	3	1	-	4

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Flavio Londres da Nobrega	142	32	115	72	-	26	16	11	414
George Falcão Coelho Paiva	7	-	6	2	-	6	-	-	21
Jose Airton Pereira	87	58	122	29	5	25	11	14	351
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Luiz Antonio Magalhaes	1	-	2	-	-	-	-	-	3
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	1	1	2	1	-	2	-	-	7

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	455
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	249
Homologação da Transação Extrajudicial	48
Embargos de Terceiro Cível	20
Consignação em Pagamento	16
Ação de Cumprimento	11
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	6
Produção Antecipada da Prova	4
Tutela Cautelar Antecedente	1
Ação Civil Coletiva	1
Ação Civil Pública Cível	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Mandado de Segurança Cível	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Jose Airton Pereira	137	76,11%
Lindinaldo Silva Marinho	0	0%
Luiz Antonio Magalhaes	1	50%
George Falcão Coelho Paiva	2	33,33%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	2	66,67%
Flavio Londres da Nobrega	118	80,27%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Flavio Londres da Nobrega	409
George Falcão Coelho Paiva	21
Jose Airton Pereira	342
Lindinaldo Silva Marinho	2
Luiz Antonio Magalhaes	3
Rafaela Queiroz de Sá e Benevides	6



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 24 dias

Magistrado	Dias
Flavio Londres da Nobrega	25
Jose Airton Pereira	25
George Falcão Coelho Paiva	8
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	51
Lindinaldo Silva Marinho	4
Luiz Antonio Magalhaes	7

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 20/01/2022. O magistrado titular destacou o trabalho realizado na fase de conhecimento desde quando assumiu a unidade judiciária, diante do volume de processos pendentes de julgamento. Ressaltou que é dada atenção especial às tarefas “Análises” e “Prazos Vencidos”, bem como a inexistência de ordens judiciais pendentes de desdobramento e destacou a evolução em produtividade e competitividade no cenário nacional.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente,



por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre setembro de 2021 e abril de 2022 - 09 meses, os seguintes pagamentos

Devolução ao reclamado	R\$ 400.414,76
Pagamento ao reclamante	R\$ 3.602,30
Pagamento em favor de perito	R\$ 1.506,04
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 5.832,98
TOTAL	R\$ 411.356,08

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000111-71.2016.5.13.0022, 0130026-13.2015.5.13.0022, 0000019-44.2016.5.13.0006.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), os juízes José Ailton Pereira e Flávio Londres da Nóbrega não participaram de cursos voltados à conciliação e mediação, como também das atividades de formação continuada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
ADELMO ANTONIO DE ALBUQUERQUE SOUSA	TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL
AUZENI FERREIRA PEREIRA	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
HUEBER MENDES DE SÁ FORMIGA	TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
IONETE CARNEIRO DE ANDRADE	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JARISMAR VICENTE DE SOUSA	LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

JOSE SOARES RIBEIRO	TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
MARISTELA BARBOSA VIANA	TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
PATRICIA ZUILA TEOTONIO RODRIGUES PIRES	TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

SERVIDOR SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
DEBORAH MADRUGA DO AMARAL LEITÃO
ELISABETH SILVA RODRIGUES
GIOVANNA COELHO DE CASTRO LUZ
HIRAM DE FREITAS BRASIL
ILANA ARAÚJO MOTTA
JUCIANE FARIAS BARBOSA

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados



Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 17 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o



prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

2. Recomendações específicas

a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

b) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos;

d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.



Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- e) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- f) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;



- d) evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0000217-33.2016.5.13.0022, 0000269-92.2017.5.13.0022;
- e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;
- g) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (100,43%), 2 (102,74%), 3 (114,92%) e 5 de 2021 (125,94%), podendo-se observar que o volume de processos baixados na fase de conhecimento foi de grande relevância para o atingimento de todas as metas.

A evolução da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest é a demonstração de que, com trabalho planejado, os resultados podem ser alcançados. Em junho de 2021, a vara ocupava a 566ª posição, passando para 499ª em setembro, 323ª em dezembro e 206ª em março de 2022, motivo pelo que parabeniza toda a equipe pelos esforços para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

A análise dos mesoindicadores demonstra o excelente desempenho obtido, especialmente, no item acervo, que passou da posição 718ª para a 298ª, o que certamente contribuiu para a melhor colocação obtida desde setembro de 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0001195-73.2017.5.13.0022	0000582-82.2019.5.13.0022	0001004-91.2018.5.13.0022
0000674-60.2019.5.13.0022	0000298-74.2019.5.13.0022	0000606-47.2018.5.13.0022
0131374-66.2015.5.13.0022	0000217-33.2016.5.13.0022	0000490-36.2021.5.13.0022
0002313-21.2016.5.13.0022	0000021-92.2018.5.13.0022	0119000-52.2014.5.13.0022
0000519-57.2019.5.13.0022		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0042500-47.2011.5.13.0022	0130300-74.2015.5.13.0022	0000652-36.2018.5.13.0022
0000474-19.2020.5.13.0022	0057200-96.2009.5.13.0022	0001848-12.2016.5.13.0022
0001059-13.2016.5.13.0022	0064900-84.2013.5.13.0022	0000173-43.2018.5.13.0022
0000384-45.2019.5.13.0022	0000269-92.2017.5.13.0022	0001157-95.2016.5.13.0022
0000267-20.2020.5.13.0022	0000010-29.2019.5.13.0022	0000589-11.2018.5.13.0022
0000043-33.2020.5.13.0006	0000526-49.2019.5.13.0022	